

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 21/01/2014 - Edição 973

# Presidenta fala sobre os vigilantes em seu programa semanal

**Profissionais de segurança privada terão adicional de periculosidade no valor de 30% do salário, afirma Dilma**



Na coluna Conversa com a Presidenta desta semana, Dilma Rousseff falou sobre o adicional de periculosidade para os profissionais de segurança privada. Ao responder pergunta de Marco Antonio Fernandes Tavares, 41 anos, vigilante em Belford Roxo (RJ), a presidente explicou que com a nova regulamentação o profissional de segurança passa a ter

adicional de periculosidade no valor de 30% do salário.

“Marco Antônio, eu tenho uma boa notícia para você e para seus companheiros de atividade: em dezembro de 2013, o Ministério do Trabalho editou a portaria nº 1.885 regulamentando a Lei nº 12.740/2012, que estendeu o direito ao adicional de periculosidade aos profissionais de segurança pessoal ou patrimonial, a partir da publicação da portaria, desde que desempenhem atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em exposição a roubos ou outras espécies de violência física. Estes profissionais passaram a ter direito ao adicional de

periculosidade no valor de 30% do salário”.

De acordo com a Portaria do Ministério do Trabalho, são considerados profissionais de segurança pessoal ou patrimonial os trabalhadores empregados em empresas prestadoras de serviço de segurança privada - devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça - e também os contratados pela administração pública direta ou indireta que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos.



### Nota da CNTV:

Primeiramente, queremos parabenizar o companheiro Marco Antônio, vigilante “atento e inserido em todos os meios de comunicação, disposto a fazer valer os nossos direitos. Ficamos muito felizes hoje, em ver a nossa Presidenta em sua coluna semanal, falar sobre os vigilantes e a conquista do adicional de periculosidade que conseguimos com muita luta e união de todos. Isso mostra mais uma vez o crescimento da nossa categoria e a importância que temos neste imenso País.

# Vigilantes voltam a protestar e param trânsito do Recife



Vigilantes protestam no Centro do Recife  
Foto: Ísis Lima / Rádio Jornal

Cerca de 200 vigilantes voltaram às ruas do Recife nesta segunda-feira (20) para protestar contra o salário atual. A categoria pede 20% de aumento e alega que a classe patronal ofereceu apenas 3% durante a reunião realizada na Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, na manhã de hoje. A proposta não foi aceita.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança (SINDESV), Cássio Souza, atualmente os profissionais recebem R\$789. Com o aumento solicitado, o salário subiria para cerca de R\$ 1 mil.

Hoje pela manhã, antes da reunião, os vigilantes realizaram uma paralisação. De acordo com Cássio, agências bancárias da Encruzilhada e Centro, na capital pernambucana, e do Paulista, na Região Metropolitana do Recife (RMR), tiveram o

funcionamento interrompido.

O grupo está percorrendo diversas ruas da cidade, o que causa retenção de veículos. Com faixas e carro de som, eles saíram da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, subiram o viaduto da João de Barros,

seguiram pela Avenida Agamenon Magalhães e seguem para a Boa Vista. Por onde passam, eles pedem para que os vigilantes abandonem o trabalho e se juntem ao grupo.

Histórico - Na última segunda-feira (13), a categoria também realizou uma manifestação e uma assembleia. Na ocasião, cerca de 100 vigilantes foram até a Superintendência Regional do Trabalho para protestar por melhorias para a categoria. O protesto não foi marcado pelas tradicionais músicas usadas pela CUT, nem por cartazes e apitos. A categoria levou uma escola de samba para animar os participantes.

Na próxima segunda-feira (27), a terceira assembleia será realizada no Ministério do Trabalho, às 8h. Se não houver acordo, o sindicato promete fazer greve.

Com informações de Juliana Isola



# Empresa de segurança, que atuava em Nova Andradina, é lacrada pela Justiça



Foto: reprodução/ TV Rit

A Gaspem Segurança Privada, com sede em Dourados, e que atuou forte na região de Nova Andradina há alguns anos, foi lacrada pelo Ministério Público Federal (MPF) na última sexta-feira (17). A empresa estaria atuando sem a devida licença da Polícia Federal desde o ano de 2012, quando a autorização expirou e não foi renovada.

Outro motivo para o fechamento da empresa, além da licença vencida, seria o fato de empresa agir com violência contra povos indígenas que estão em litígio com fazendeiros em Mato Grosso do Sul.

Conforme nota divulgada pelo MPF-MS, a Gaspem Segurança “é um grupo organizado que dissemina a violência contra os guarani-kaiowT. De acordo com as informações do MPF, a empresa

chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta e seus seguranças eram contratados para intimidar e aterrorizar comunidades indígenas em Mato Grosso do Sul.

Segundo o Ministério Público, em muitas situações, os chamados ‘vigilantes’ da empresa atuam sem a devida qualificação, portando

armas pesadas e munições, agindo de forma contrária à ordem e à segurança pública. Na região de Nova Andradina, a Gaspem atuou de forma incisiva há alguns anos, especialmente na prestação de serviços a promotores de ventos, como shows e bailes.

## Outro lado

Segundo o jornal Diário MS, os proprietários da empresa afirmaram que, nesta segunda-feira (20), entrariam com recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo contra o fechamento da Gaspem Segurança.

O advogado da firma alega que o grupo atua dentro da legalidade. Representantes alegam ainda que, caso a empresa seja lacrada de forma definitiva, cerca de 80 famílias, que dependem direta ou indiretamente do trabalho, estariam prejudicadas.

Fonte: Nova News - - GERAL



## Nota da CNTV:

**Por mais de uma década tem se posicionado contra o uso de segurança armada em conflitos de terra. Repudiamos o uso de força e violência para desocupação de fazendas seja para retirada de índios, sem terras, etc. Pedimos rigorosa apuração do fato pelos órgãos responsáveis.**

Expediente:  
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira  
Jornalista: Pricilla Beine  
Projeto gráfico e Diagramação : Anibal Bispo



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143  
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF